

Índice

<i>Agradecimentos</i>	7
<i>Apresentação</i>	25

Introdução

1. O Código Civil vigente	27
2. Constitucionalização do Direito Civil	27
3. Princípios informadores do Código Civil	28
a) Princípio da eticidade	29
b) Princípio da operabilidade	30
c) Princípio da socialidade	30
4. O princípio da socialidade como paradigma da nova codificação civil..	30
5. A constitucionalização do Direito Civil brasileiro como uma necessi- dade social	33
6. A socialidade como evolução, mas não como adequação principiológica..	35
7. A importância dos princípios constitucionais como pilares do Direito Privado	37
8. A eficácia horizontal dos direitos fundamentais	38
9. A divisão do Código Civil	43

1. Lei de Introdução ao Código Civil – Decreto-lei n. 4.657, de 4-9-1942

1.1. Aspectos gerais	44
----------------------------	----

1.2. Finalidade da Lei de Introdução ao Código Civil	44
1.3. Mecanismos de integração (fontes do Direito)	45
1.3.1. Fontes imediatas, formais ou diretas	45
1.3.2. Fontes mediatas, não formais ou indiretas	45
1.4. Da lei	46
1.4.1. Classificação de lacunas	46
1.4.2. Antinomias	47
1.4.2.1. Classificação das antinomias	47
1.4.2.2. Forma de resolução das antinomias	47
1.4.3. Elaboração, promulgação e publicação da lei	48
1.4.4. Princípios	48
1.4.5. Nascimento da lei – validade, vigência e eficácia	48
1.4.6. Vigência da lei no tempo (início da vigência da lei)	49
1.4.7. Formas de revogação	50
1.4.8. Vigência da lei no espaço	51
1.4.9. Interpretação das leis	51
1.5. Regras de alcance da lei nova no ordenamento jurídico	51

2. Das Pessoas

2.1. Da pessoa natural	53
2.1.1. Conceito e início da personalidade civil da pessoa natural...	53
2.1.2. Do nascituro	54
2.1.3. Da individualização da pessoa natural	56
2.1.4. Da capacidade civil	60
2.1.5. Incapacidade – conceito e espécies	60
2.1.5.1. Cessação da incapacidade por maioridade	63
2.1.5.2. Cessação da incapacidade por emancipação	63
2.1.6. Dos direitos da personalidade	64
2.1.7. Extinção da personalidade jurídica da pessoa natural	69
2.1.8. Ausência, sucessão provisória e definitiva	70
2.1.9. Comoriência	75

2.2. Da pessoa jurídica.....	75
2.2.1. Espécies de pessoas jurídicas.....	76
2.2.2. Início da personalidade das pessoas jurídicas.....	76
2.2.3. Das associações – conceito, características e exigências legais.....	77
2.2.4. Das fundações – conceito, características e exigências legais.....	78
2.2.5. Das sociedades.....	79
2.2.6. Do domicílio das pessoas jurídicas.....	80
2.3. Enunciados do CJF sobre pessoa natural.....	80
2.4. Enunciados do CJF sobre pessoa jurídica.....	82

3. Dos Bens

3.1. Conceito.....	85
3.2. Classificação dos bens.....	85
3.2.1. Bens considerados em si mesmos (arts. 79 a 91 do CC).....	85
3.2.2. Bens reciprocamente considerados (arts. 92 a 97 do CC).....	88
3.2.3. Bens particulares e públicos (arts. 98 a 103 do CC).....	89
3.2.4. Bem de família.....	90
3.3. Súmulas e enunciados sobre bens.....	91

4. Dos Fatos Jurídicos

4.1. Conceito.....	92
4.2. Classificação do fato jurídico <i>lato sensu</i>	92
4.3. Teoria geral do negócio jurídico.....	93
4.3.1. Classificação do negócio jurídico.....	93
4.3.2. Dos planos do negócio jurídico e da escada ponteana.....	94
4.3.3. Do plano da existência.....	95
4.3.4. Do plano da validade.....	96
4.3.5. Os vícios dos negócios jurídicos.....	98
4.3.5.1. Erro ou ignorância.....	98
4.3.5.2. Dolo.....	99

4.3.5.3. Coação.....	100
4.3.5.4. Lesão	101
4.3.5.5. Estado de perigo.....	102
4.3.5.6. Fraude contra credores.....	103
4.3.5.7. Simulação.....	106
4.3.6. Principais diferenças entre ato nulo e anulável	108
4.3.7. Do plano da eficácia.....	110
4.3.7.1. Fatores de eficácia que indicam se o negócio produ- zirá ou não efeitos	110
4.4. Súmula e enunciados sobre negócio jurídico.....	112

5. Prescrição e Decadência

5.1. Da prescrição	115
5.1.1. Conceito	115
5.1.2. Características da prescrição	115
5.1.3. Das causas que impedem e suspendem a prescrição	116
5.1.4. Das causas que interrompem a prescrição	116
5.1.5. Dos prazos prescricionais	117
5.1.6. Ações imprescritíveis	118
5.1.7. Da diferença com preclusão e perempção.....	119
5.1.8. A destabilização do sistema de prescrição em decorrência da revogação do art. 194 do CC.....	119
5.1.8.1. A revogação do art. 194 do CC	119
5.1.8.2. O direito do prescribente em renunciar à prescrição	120
5.1.8.3. Até que grau de jurisdição a prescrição pode ser alegada de ofício pelo juiz?	121
5.1.8.4. A ação regressiva contra os assistentes e represen- tes legais quando se dá causa à prescrição ou não se a alega oportunamente.....	122
5.1.8.5. A decadência convencional e o art. 211 do CC.....	123
5.1.8.6. A prescrição tornou-se matéria de ordem pública? ..	125



5.2. Da decadência.....	126
5.2.1. Conceito	126
5.2.2. Características da decadência.....	126
5.2.3. Das diferenças entre prescrição e decadência	126
5.2.4. Critério científico para distinguir o prazo prescricional do prazo decadencial.....	127
5.3. Súmulas e enunciados sobre prescrição e decadência	127

6. Do Direito das Obrigações

6.1. Diferenças entre direito das obrigações e direitos reais.....	129
6.2. Obrigações híbridas.....	130
6.3. Distinções terminológicas	131
6.4. Conceito de obrigação	131
6.5. Fontes das obrigações.....	132
6.6. Elementos da obrigação.....	132
6.7. Modalidades das obrigações	133
6.7.1. Obrigação de dar	133
6.7.2. Obrigação de fazer.....	135
6.7.3. Obrigação de não fazer.....	136
6.7.4. Obrigação cumulativa ou conjuntiva	137
6.7.5. Obrigação alternativa ou disjuntiva	137
6.7.6. Obrigação divisível	138
6.7.7. Obrigação indivisível	138
6.7.8. Obrigação solidária	139
6.8. Transmissão das obrigações	142
6.8.1. Cessão de crédito	142
6.8.2. Assunção de dívida ou cessão do débito	143
6.8.3. Cessão da posição contratual.....	144
6.9. Teoria do pagamento.....	145
6.9.1. Do pagamento direto.....	145
6.9.1.1. De quem deve pagar.....	145



6.9.1.2. Daqueles a quem se deve pagar.....	147
6.9.1.3. Do objeto do pagamento	147
6.9.1.4. Do local do pagamento	148
6.9.1.5. Do tempo do pagamento	148
6.9.2. Do pagamento indireto.....	148
6.9.2.1. Formas indiretas de pagamento.....	148
6.10. Do inadimplemento das obrigações	153
6.10.1. Inadimplemento involuntário.....	153
6.10.2. Inadimplemento voluntário.....	154
6.10.2.1. Espécies de inadimplemento voluntário.....	157
6.11. Da cláusula penal	158
6.12. Das arras	168
6.13. Súmulas e enunciados sobre obrigações.....	174

7. Teoria Geral dos Contratos

7.1. Introdução	178
7.2. A crise dos contratos	178
7.3. Conceito de contrato	179
7.4. Classificação dos contratos.....	179
7.5. Princípios contratuais.....	181
7.5.1. Princípios da autonomia privada.....	181
7.5.2. Princípio da função social do contrato	183
7.5.3. Princípio da boa-fé objetiva	185
7.5.4. Princípio da força obrigatória do contrato	186
7.5.5. Princípio da relatividade dos efeitos do contrato	187
7.6. Formação do contrato.....	187
7.7. Garantias contratuais	191
7.7.1. Dos vícios contratuais.....	191
7.7.2. Da evicção.....	192
7.8. Revisão judicial dos contratos.....	193



7.9. Extinção dos contratos	195
7.10. Súmulas e enunciados sobre Teoria Geral dos Contratos.....	197

8. Dos Contratos em Espécie

8.1. Compra e venda.....	201
8.1.1. Introdução.....	201
8.1.2. Elementos essenciais.....	202
8.1.3. Natureza jurídica do contrato de compra e venda	204
8.1.4. Efeitos do contrato de compra e venda	205
8.1.5. Restrições à compra e venda.....	207
8.1.6. Vendas especiais.....	208
8.1.7. Pactos adjetos ou cláusulas especiais à compra e venda	208
8.2. Troca ou permuta	211
8.3. Contrato estimatório	211
8.4. Doação.....	212
8.4.1. Introdução.....	212
8.4.2. Espécies de doação	212
8.4.3. Revogação da doação por ingratidão	215
8.5. Locação de coisas	216
8.5.1. Obrigações do locador	217
8.5.2. Obrigações do locatário.....	217
8.5.3. Características da locação de coisas	217
8.5.4. Hipóteses de extinção da locação de coisas	218
8.6. Da locação disciplinada pela Lei n. 8.245/91.....	218
8.6.1. Objetivo da lei – regras gerais	219
8.6.2. Solidariedade legal	219
8.6.3. A vênua conjugal no contrato de locação.....	219
8.6.4. Características do contrato.....	220
8.6.5. Prorrogação do contrato por prazo indeterminado.....	221
8.6.5.1. Locação residencial	221
8.6.5.2. Locação não residencial.....	222



8.6.5.3. Locação por temporada.....	223
8.6.6. Casos de transferência do contrato	223
8.6.7. Direitos e deveres do locador.....	224
8.6.8. Direitos e deveres do locatário.....	225
8.6.9. Características da locação.....	226
8.6.10. Direito de preferência.....	226
8.6.11. Garantias locatícias	227
8.6.11.1. Particularidades das garantias	228
8.6.12. Tabela comparativa com a redação antiga da Lei do Inquilinato e a nova redação promovida pela Lei n. 12.112/2009...	228
8.7. Empréstimos	233
8.7.1. Do comodato.....	233
8.7.1.1. Obrigações do comodatário.....	234
8.7.2. Do mútuo.....	234
8.8. Prestação de serviços.....	236
8.8.1. Características da prestação de serviço	236
8.8.2. Extinção da prestação de serviço.....	237
8.9. Empreitada.....	238
8.9.1. Modalidades de empreitada.....	238
8.9.2. Direitos e deveres do empreiteiro	239
8.9.3. Direitos e deveres do comitente.....	240
8.10. Depósito	241
8.10.1. Modalidades de depósito.....	241
8.10.2. Características do depósito	242
8.10.3. Direitos e obrigações do depositário.....	243
8.10.4. Extinção do depósito.....	243
8.11. Mandato.....	243
8.11.1. Características do mandato.....	244
8.11.2. Espécies de mandato.....	245
8.11.3. Extinção do mandato	246
8.11.4. Normas sobre a extinção do mandato	247
8.12. Constituição de renda.....	247

8.13. Jogo e aposta.....	249
8.14. Fiança.....	250
8.14.1. Características da fiança.....	250
8.15. Transação.....	251
8.15.1. Características da transação.....	252
8.16. Compromisso.....	253
8.16.1. Características do compromisso.....	253
8.16.2. Características da arbitragem.....	253
8.17. Súmulas e enunciados sobre contratos em espécie.....	254

9. Da Responsabilidade Civil Extracontratual

9.1. Noção histórica.....	260
9.2. O Direito Civil Constitucional e a responsabilidade civil.....	260
9.3. Conceito de responsabilidade civil.....	269
9.4. Elementos da responsabilidade civil extracontratual.....	271
9.4.1. Ação ou omissão do agente.....	271
9.4.2. Dolo ou culpa.....	274
9.4.3. Dano.....	276
9.4.4. Nexo causal.....	280
9.4.4.1. Teoria sobre a relação de causalidade.....	280
9.4.4.2. Rompimento do nexo causal: das excludentes de responsabilidade civil.....	282
9.5. Da classificação da responsabilidade civil extracontratual.....	285
9.5.1. Da responsabilidade civil objetiva.....	285
9.5.1.1. Das principais hipóteses de responsabilidade civil objetiva.....	288
9.5.1.2. O direito de regresso na responsabilidade civil por fato ou ato de terceiros.....	293
9.5.1.3. A solidariedade entre autor do dano e terceiro, e o caso do incapaz.....	294
9.5.2. A fixação do valor da indenização.....	294

10. Do Direito das Coisas

10.1. Da posse	301
10.1.1. Distinções terminológicas.....	302
10.1.2. Classificação da posse.....	302
10.1.3. Aquisição da posse.....	302
10.1.3.1. Modos de aquisição pela tradição	303
10.1.3.2. Aquisição pelo constituto possessório	304
10.1.3.3. Modos de aquisição pela acessão	304
10.1.4. Efeitos da posse	304
10.1.5. Conceitos importantes	306
10.2. Direitos reais.....	306
10.2.1. Classificação.....	307
10.2.2. Características fundamentais dos direitos reais	307
10.2.3. Outras características dos direitos reais	308
10.3. Da propriedade.....	308
10.3.1. Conteúdo constitucional da propriedade	309
10.3.2. Extensão vertical da propriedade.....	309
10.3.3. Modos de aquisição da propriedade.....	309
10.3.4. Faculdades inerentes à propriedade.....	309
10.3.5. Características do direito de propriedade	310
10.3.6. Espécies de propriedade	311
10.3.7. Função social da propriedade	311
10.3.7.1. Espécies de função social da propriedade	311
10.3.8. Outro exemplo de aplicação da função social da proprie- dade: a desapropriação judicial.....	312
10.3.9. Formas de aquisição da propriedade.....	322
10.3.10. Formas de aquisição da propriedade <i>imóvel</i>	322
10.3.10.1. Registro	322
10.3.10.2. Usucapião	324

10.3.10.3. Acesso	329
10.3.11. Formas de aquisição da propriedade <i>móvel</i>	333
10.3.11.1. Formas originárias	333
10.3.11.2. Formas derivadas	334
10.3.12. Modos de perda da propriedade (imóvel e móvel)	336
10.3.13. Propriedade resolúvel	337
10.3.13.1. Hipóteses de propriedade resolúvel	338
10.3.14. Dos direitos de vizinhança (arts. 1.277 a 1.313 do CC)	339
10.3.14.1. Características dos direitos de vizinhança	339
10.3.14.2. Do uso anormal da propriedade (art. 1.277 do CC)	340
10.3.14.3. Das árvores limítrofes (art. 1.282 do CC)	340
10.3.14.4. Da passagem forçada	342
10.3.14.5. Da passagem de cabos e tubulações	343
10.3.14.6. Das águas	344
10.3.14.7. Do limite entre prédios e direito de tapagem	345
10.3.14.8. Do direito de construir	346
10.3.15. Do condomínio	348
10.3.15.1. Do condomínio ordinário	348
10.3.15.2. Do condomínio edilício	351
10.3.16. Questões polêmicas sobre condomínio edilício	356
10.4. Dos direitos reais sobre coisas alheias	363
10.4.1. Dos direitos reais sobre coisas alheias de gozo ou fruição	364
10.4.1.1. Direito real de superfície	364
10.4.1.2. Servidão	367
10.4.1.3. Usufruto	370
10.4.1.4. Uso	373
10.4.1.5. Habitação	374
10.4.2. Do direito real à aquisição de coisa alheia	374
10.4.2.1. Direito do promitente comprador do imóvel	374
10.4.2.2. Características do direito do promitente comprador do imóvel, de acordo com o Código Civil	375

10.4.2.3. Características do direito do promissário comprador do imóvel, de acordo com a Lei do Parcelamento do Solo Urbano.....	375
10.4.2.4. Súmulas do STJ referentes ao direito do promitente comprador do imóvel.....	378
10.4.3. Dos direitos reais de garantia.....	378
10.4.3.1. Do penhor	382
10.4.3.2. Da hipoteca	386
10.4.3.3. Da anticrese (arts. 1.506 e s. do CC).....	389
10.4.3.4. Da alienação fiduciária em garantia	390
10.5. Súmulas e enunciados sobre Direito das Coisas.....	391

11. Do Direito das Famílias

11.1. Aspectos constitucionais do Direito de Família	398
11.2. Principais mudanças no Direito de Família comparando o Código Civil de 1916 com o de 2002.....	399
11.3. Princípios de Direito de Família	400
11.4. Novas formas de constituição de família	406
11.5. Casamento	407
11.5.1. Conceito	407
11.5.2. Natureza jurídica.....	407
11.5.3. Princípios do casamento	408
11.5.4. Capacidade para o casamento.....	408
11.5.5. Habilitação para o casamento.....	415
11.5.6. Hipóteses excepcionais de casamento.....	415
11.5.7. Invalidade do casamento.....	417
11.5.7.1. Casamento nulo.....	417
11.5.7.2. Casamento anulável	422
11.5.7.3. Casamento putativo.....	428
11.5.8. Efeitos jurídicos do casamento	428
11.5.9. Regime de bens.....	429
11.5.9.1. Disposições gerais	429

11.5.9.2. Modificação do regime de bens	434
11.5.9.3. Da escolha do regime de bens e do pacto antenupcial.....	450
11.5.9.4. Das diversas espécies de regime de bens	451
11.5.10. Das formas de dissolução da sociedade conjugal.....	459
11.5.10.1. Da extinção pela morte	460
11.5.10.2. Da invalidade do casamento (nulidade e anulabilidade)	461
11.5.10.3. Da separação do casal.....	461
11.5.10.4. Do divórcio	471
11.5.10.5. Breves considerações sobre a separação e o divórcio extrajudicial.....	472
11.5.11. Da união estável.....	475
11.5.11.1. Direitos decorrentes da união estável	477
11.5.11.2. Direitos decorrentes do concubinato.....	479
11.5.11.3. Deveres na união estável	482
11.5.11.4. Conversão da união estável em casamento	482
11.5.11.5. Uniões estáveis concomitantes, sucessivas ou uniões plúrimas	485
11.5.12. Dos alimentos	487
11.5.12.1. A fixação dos alimentos.....	488
11.5.12.2. Das espécies de alimentos	488
11.5.12.3. A legitimidade ativa dos alimentos.....	490
11.5.12.4. A renúncia aos alimentos	492
11.5.12.5. Divisibilidade da obrigação alimentar	494
11.5.12.6. Prescritibilidade x imprescritibilidade da obrigação alimentar.....	498
11.5.12.7. Da transmissibilidade da obrigação de alimentar	498
11.5.12.8. Dos alimentos pós-divórcio.....	499
11.5.12.9. Termo inicial dos alimentos	503
11.5.12.10. Termo final dos alimentos.....	504
11.5.12.11. Débito que autoriza a prisão do alimentante.....	504
11.5.12.12. Obrigação alimentar do Estado.....	505

11.5.12.13. Transação dos alimentos	506
11.5.12.14. Características dos alimentos	506
11.5.12.15. Alimentos gravídicos	508
11.5.12.16. A culpa na separação e os alimentos.....	509
11.5.13. Proteção da pessoa dos filhos	509
11.5.13.1. Espécies de guarda	509
11.5.13.2. Características da guarda.....	511
11.5.14. Das relações de parentesco.....	512
11.5.15. Da filiação	516
11.5.16. Do reconhecimento de filhos	517
11.5.17. Da adoção	518
11.5.18. Do poder familiar.....	519
11.5.19. Do usufruto e da administração dos bens dos filhos menores.....	520
11.5.20. Da tutela	521
11.5.21. Da curatela.....	526
11.5.22. Do bem de família.....	528
11.6. Súmulas e enunciados sobre direito de família	531

12. Do Direito das Sucessões

12.1. Sucessão em geral	537
12.1.1. Conceito e classificação.....	537
12.1.2. Terminologia da sucessão.....	538
12.1.3. Relações excluídas da sucessão	540
12.1.4. Momento da abertura da sucessão.....	540
12.1.5. Comoriência	541
12.1.6. Indivisibilidade da herança.....	541
12.1.7. Cessão de direitos hereditários.....	542
12.1.8. Aceitação ou <i>aditio</i>	543
12.1.9. Renúncia da herança	544
12.1.9.1. Espécies de renúncia	545
12.1.10. Legitimação sucessória	545

12.1.11. Espécies sucessórias.....	546
12.2. Sucessão legítima.....	546
12.2.1. Hipóteses de cabimento da sucessão legítima.....	546
12.2.2. Das pessoas contempladas na lei como herdeiros legítimos.....	548
12.2.3. Das regras da sucessão legítima.....	550
12.2.4. Da sucessão do descendente.....	551
12.2.5. Da sucessão do ascendente.....	553
12.2.6. Da sucessão do cônjuge.....	554
12.2.6.1. Aspectos gerais.....	554
12.2.6.2. Concorrência do cônjuge com o descendente.....	557
12.2.6.3. Concorrência do cônjuge com o ascendente.....	569
12.2.7. Da sucessão do colateral.....	570
12.2.8. Da sucessão do companheiro.....	572
12.2.9. A sucessão para o poder público.....	586
12.3. Sucessão testamentária.....	587
12.3.1. Introdução.....	587
12.3.2. Normas regulamentadoras da sucessão testamentária.....	587
12.3.3. Incapacidade testamentária.....	588
12.3.4. Do conteúdo do testamento.....	589
12.3.5. Revogação do testamento.....	590
12.3.6. Do rompimento do testamento.....	591
12.3.7. Formas de testamento.....	591
12.3.7.1. Formas ordinárias de testamento.....	591
12.3.7.2. Formas especiais de testamento.....	594
12.3.8. Dos codicilos.....	595
12.3.9. Das disposições testamentárias.....	595
12.3.10. Das cláusulas de inalienabilidade, incomunicabilidade e impenhorabilidade.....	598
12.3.11. Da invalidade do testamento.....	599
12.3.12. Da diferença entre indignidade e deserdação.....	600
12.3.13. Das substituições testamentárias.....	601
12.3.14. Do testamenteiro.....	604
12.4. Súmulas e enunciados sobre sucessões.....	605
Referências.....	607